

ESTUDO DESCRITIVO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

ANA ELISE CARDOSO INÁCIO

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
anaelise.sc@gmail.com

JADER AFONSO SAVI MONDO

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
jader.mondo@udesc.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo descrever e discutir, o sistema de avaliação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Para tanto foi realizado um estudo preliminar sobre o objeto de pesquisa com a identificação de seus processos e dos envolvidos. Os dados foram coletados por meio de documentos disponibilizados pela própria universidade e pela realização de uma entrevista semi-estruturada com a pessoa responsável pela coordenação do processo avaliativo na instituição no período de 2010 a 2016. Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo predominantemente qualitativo e descritivo. Os dados coletados permitiram concluir que a universidade, embora tenha se adequado as avaliações institucionalizadas pelo SINAES, necessita ainda aprimorar suas ações com maior divulgação dos resultados, aperfeiçoar a Coordenadoria de Avaliação Institucional – COAI, bem como promover a valorização da avaliação institucional na universidade.

Palavras chave: Avaliação Institucional, SINAES, Autoavaliação, Comissão Própria de Avaliação, Comissão Setorial de Avaliação.

1. INTRODUÇÃO

Todo processo de avaliação, se bem estruturado, permite uma reflexão e um aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas. As universidades brasileiras, também necessitam ser avaliadas e se autoavaliar para aprimorar suas atividades e o papel que desenvolvem na sociedade.

A avaliação institucional é um instrumento importantíssimo e serve como ferramenta de acompanhamento contínuo das atividades. Entre suas funções encontra-se não só a produção de informações, mas também questionar as atividades exercidas e o propósito da universidade. São atribuições da avaliação institucional, dentre tantas, a identificação e a verificação de problemas e deficiências, o fomento à capacitação pedagógica e profissional do corpo docente e técnico-administrativo, o fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, além de prestação de contas à sociedade.

É um processo contínuo e permanente de autoconhecimento e de reflexão, visando o aprimoramento da qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, e que serve de diagnóstico para fins de planejamento, revisão e orientação, além de permitir que a instituição perceba o grau de distanciamento entre os objetivos propostos e a prática estabelecida no cotidiano institucional. (UDESC, 2015)

Para estudar esta temática, este artigo propôs um estudo cujo objetivo é descrever e interpretar a avaliação institucional realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O artigo está estruturado em três momentos. Na primeira etapa buscou-se discutir, mesmo que de forma breve, as políticas públicas e a trajetória da avaliação institucional no país, chegando ao atual sistema utilizado. Em um segundo momento, buscou-se conhecer e descrever como ocorre a avaliação institucional na UDESC. E por fim, com auxílio de entrevista semi-estruturada e documentos como relatórios e resoluções, buscou-se identificar os processos e conhecer as dificuldades enfrentadas pela universidade para colocar em prática seu sistema avaliativo.

Sobre a universidade pesquisada, sabe-se que esta possui uma trajetória de mais de 50 anos atuando com ensino, pesquisa e extensão. Foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.802, de 20 de maio de 1965 e desde então, cresceu e se consolidou como universidade pública no estado de Santa Catarina.

Em consonância com as diretrizes nacionais destinadas ao ensino superior brasileiro, a UDESC vem se expandindo e ampliando suas ações. Em 2015 contava com 51 cursos de graduação, distribuídos em 12 Centros de Ensino. Realiza investimentos contínuos em pós-graduação e em suas ações, considera a vocação regional e as necessidades do mercado de atuação dos futuros egressos.

Atendendo as vocações regionais, a Instituição está distribuída em um sistema multicampi. O *Campus I*, está em Florianópolis e congrega cursos voltados à Educação e ao Setor Terciário da Economia e da Prestação de Serviços. O *Campus II*, situa-se em Joinville e dedica-se a áreas de conhecimentos voltadas ao Setor Industrial. O *Campus III*, encontra-se em Lages e direciona sua atuação às Ciências Agrárias. Já o *Campus IV*, situado em Chapecó, Palmitos e Pinhalzinho, trabalha nas áreas de alimentos e zootecnia, forte vocação do Oeste do Estado. O *Campus V* fica em Ibirama e Balneário Camboriú, volta-se à área das engenharias, gestão pública, preservação do meio-ambiente. O *Campus VI*, em Laguna, visa fomentar o turismo, valorizando o patrimônio cultural e a indústria da pesca, as duas áreas mais fortes na economia da região. (UDESC, 2015, p. 21)

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR E O SISTEMA DE AVALIAÇÃO BRASILEIRO

As políticas públicas emergem da ciência política, que segundo Howlett (2013, p.6) “é uma disciplina relativamente recente, que surgiu na América do Norte e na Europa após a II Guerra Mundial, quando os estudiosos da política procuraram explicar de uma nova maneira, as relações que existem entre os governos e os cidadãos”.

Ainda com Howlett (2013), existem muitas definições concorrentes de ‘política pública’, algumas são complexas, e outras são razoavelmente simples. Porém todas parecem concordar que “as políticas públicas resultam de decisões feitas por governos e que as decisões tomadas pelos governos para manter o *status quo* constituem política pública tanto quanto as tomadas para modificá-lo” (HOWLETT, 2013, p.9).

Segundo Secchi (2013, p.1), “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Para o autor, o termo “política” pode assumir duas conotações principais e que são distintas na língua inglesa, trata-se de *politics* e *policy*. A primeira, *politics*, está entrelaçada a atividade de competição política. Já o termo *policy* está direcionado a orientações para decisão e ação. Assim, “o termo ‘política pública’ (*public policy*) está vinculado a esse segundo sentido da palavra ‘política’”. (SECCHI, 2013, p.1)

Ainda de acordo com Secchi (2013), existem na literatura especializada de estudos de políticas públicas, duas abordagens principais, a abordagem *estatista* e a abordagem *multicêntrica*. A abordagem *estatista* considera as políticas públicas exclusivamente monopólio de atores estatais e, assim, o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do ator protagonista. Já a abordagem *multicêntrica*, considera organizações privadas, organizações não-governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento de políticas públicas. (SECCHI, 2013)

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. (...). Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2013, p.2)

Desta forma, compreende-se que a necessidade em aprimorar o ensino superior e a busca de alternativas para os problemas enfrentados pelas universidades incrementaram a necessidade em se ter políticas públicas e ações que visam não só avaliar, mas aperfeiçoar o sistema educacional.

Desta forma, cabe destacar a trajetória do sistema de avaliação brasileiro, que segundo SERPA (2015), iniciou-se com a Reforma Universitária de 68, institucionalizada pela Lei 5.540/68 (BRASIL, 1968), a qual promoveu direcionamentos importantes no sentido de consolidar a educação superior como um instrumento de construção social.

Os primeiros registros de avaliação na educação superior brasileira surgiram com a implementação da avaliação dos programas de pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os quais utilizaram métodos quantitativos e pragmáticos, baseados na influência americana, buscando mensurar as publicações e os aspectos relacionados ao impacto e ao prestígio das pesquisas. (SERPA, 2015, p.65)

Ainda, segundo SERPA (2015), a partir de avaliações dos programas de pós-graduação pela CAPES, se desenvolveu o primeiro modelo absorvido pelas instituições brasileiras, trata-se do Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU. Em sua concepção, o PARU objetivava a criação de uma estrutura gerencial aplicada aos modelos institucionais, promovendo a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento. Apesar de sua importância, “o PARU durou apenas um ano, já que a falta de apoio e a burocracia imposta pelo próprio Ministério da Educação (MEC) impediram que o programa se consolidasse”. (SERPA, 2015, p. 66)

Após esta ação, foi criada em 1985, a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior (CNRES), instituída pelo Decreto nº 91.177/85 (BRASIL, 1985). Esta comissão objetivava consolidar um processo de desenvolvimento da proposta educacional alinhadas aos projetos e ideais governamentais da época. E em linhas gerais, proporcionou a discussão de pontos que foram originários dos resultados do PARU, construindo direcionamentos metodológicos para o desenvolvimento da avaliação e promovendo debates importantes relacionados à autonomia das instituições e ao controle do nível de qualidade educacional. Foi o ponto de partida para as discussões do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES). Por fim, com base nas contribuições do PARU, a Comissão Nacional para a Reforma da Educação Superior auxiliou o desenvolvimento de políticas públicas determinantes para a consolidação de uma estrutura avaliativa, a qual norteou o desenvolvimento das políticas educacionais. (SERPA, 2015)

De forma breve é possível identificar que, a proposta desenvolvida pelo GERES trouxe uma regulação em contraponto à autonomia, apontou a necessidade de um controle da qualidade no âmbito institucional. O foco dos trabalhos do GERES estava em consolidar uma orientação quantitativa, funcionalista e objetivista, de instituições públicas e privadas.

Os trabalhos e discussões gerados pelo GERES, propiciaram para a construção de um novo sistema de avaliação, que ocorreu após a promulgação da Constituição de 1988 e ficou conhecido como PAIUB.

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) representou um marco no desenvolvimento da educação superior no Brasil. Consolidou sistemáticas de ensino, buscou a eficiência curricular dos programas de graduação, por meio de métricas de desempenho docente, discente e da estrutura física da instituição. (SERPA, 2015)

Em termos gerais, a proposta do PAIUB era a de conciliar os objetivos institucionais com o que era preconizado pelas políticas públicas. Foi dimensionado em três etapas, a primeira objetivava a construção de um diagnóstico do processo educacional, com dados quantitativos sobre os critérios de análise estabelecidos. A segunda etapa era constituída por uma avaliação interna, que contemplava a participação da comunidade acadêmica e a terceira etapa correspondia à avaliação externa realizada por profissionais da educação superior.

Ainda que as discussões elevassem a avaliação a um patamar importante, o PAIUB não obteve o êxito esperado e se constituiu em uma experiência curta pelo fato de abordar aspectos políticos e extrínsecos ao seu desenvolvimento. (SERPA, 2015)

Com o desinteresse pelo PAIUB surge o Exame Nacional de Cursos – ENC criado pela Lei nº 9.131 (BRASIL, 1995). Tal exame constituía em avaliar os concluintes dos cursos de graduação de acordo com o currículo mínimo designado para as diversas áreas do conhecimento e dos padrões de desempenho impostos pelos órgãos reguladores da educação superior no País. Segundo Serpa (2015), ao considerar essa lógica, o ENC tinha o objetivo de enfatizar a missão institucional, sob os conceitos de produtividade e eficiência, considerando o resultado do Exame como forma de prestação de contas à sociedade. No PAIUB o foco era a globalidade institucional, no ENC as dimensões individuais ganham destaque, no qual se considerava o desempenho dos acadêmicos como reverência para avaliar a qualidade dos

curso e das instituições. O descrédito que esse tipo de avaliação gerou no país e as diversas discussões a respeito dele, desestruturaram todo o processo avaliativo culminando com sua ineficácia. O Exame Nacional de Cursos ficou conhecido como “Provão”.

Por fim, tendo por objetivo responder a demanda do ensino superior brasileiro no que diz respeito à criação de um sistema avaliativo que superasse a fragmentação e integrasse organicamente os instrumentos de avaliação, os espaços avaliativos dentro do próprio MEC e a articulação da autoavaliação das instituições com a avaliação externa, é que foi criado em 2004, pela Lei nº 10.861, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Este sistema é formado por três componentes, a saber: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Este sistema avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

No SINAES, os parâmetros para a avaliação devem considerar a qualidade da educação superior, a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização. É realizado por meio de uma série de instrumentos como a autoavaliação, a avaliação externa, o ENADE, a avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como o censo e o cadastro.

Os resultados das avaliações são públicos e disponibilizados pelo Ministério da Educação. A divulgação abrange tanto instrumentos de informação (dados do censo, do cadastro, CPC e IGC) quanto os conceitos das avaliações para os atos de renovação de reconhecimento e de recredenciamento (parte do ciclo trienal do SINAES, com base nos cursos contemplados no ENADE a cada ano).

O SINAES foi instituído por dez dimensões, a saber: Missão e PDI; Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; Responsabilidade social da IES; Comunicação com a sociedade; As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo; Organização de gestão da IES; Infraestrutura física; Planejamento de avaliação; Políticas de atendimento aos estudantes; Sustentabilidade financeira e avaliação dos cursos, que consideram a organização didático-pedagógica, o perfil do corpo docente e as instalações físicas. (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/processo-de-avaliacao>. Acesso em: 22 de junho de 2017)

A avaliação dos estudantes é feita por meio do ENADE, aplicada periodicamente aos alunos dos cursos de graduação, ao final do primeiro e último ano do curso. Além disso, o SINAES instituiu alguns instrumentos complementares de avaliação, como a *autoavaliação*, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA; *avaliação externa*, feita por membros pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em áreas específicas e portadores de ampla compreensão sobre instituições universitárias; o *censo da Educação Superior* - instrumento independente que carrega grande potencial informativo, podendo trazer elementos de reflexão para a comunidade acadêmica e o *cadastro de cursos e instituições*. (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/processo-de-avaliacao>. Acesso em: 22 de junho de 2017)

Segundo Ristoff (2004), no SINAES a avaliação da instituição não se confunde com a avaliação de curso e, muito menos, com a avaliação de desempenho dos alunos, embora cada uma delas traga importantes revelações sobre a outra. “Avaliar é mais do que soma, é mais do que acúmulo de dados, e é bem mais do que mensuração mecânica” (RISTOFF, 2004, p. 181).

Sobre avaliação, nos fala DIAS SOBRINHO (2009), esta “é uma produção de sentidos, uma reflexão sobre valores, um questionamento sobre o cumprimento da finalidade essencial da educação, que é a formação integral de cidadãos e profissionais sociais”. Neste sentido, segundo o autor, avaliar é questionar se os sistemas, as instituições e seus atores, estão ou não cumprindo com o que lhe é devido.

Ainda com o autor, a avaliação consiste em um questionamento sobre o cumprimento das finalidades, não os meios, formados pela pesquisa, ensino, extensão e administração, mas sim os fins, constituídos pela formação de cidadãos. Dias Sobrinho (2009), argumenta que a formação de cidadãos vai além da formação profissional e técnica, passa por valores democráticos, de vida social, com a elevação material e espiritual da nação.

O trabalho, o emprego, o desenvolvimento econômico, também são dimensões dos processos de construção de uma nação. Em matéria de cidadania, além de uma formação técnica e profissional bem-consolidada, se requer, sobretudo, uma formação ética, moral, intelectual e política, consistente com os valores e princípios mais caros de uma sociedade democrática. (DIAS SOBRINHO, 2009. p. 136)

Partindo destes princípios, o autor aponta que a avaliação precisa ser confiável, mas ao mesmo tempo permitir novos sentidos, que por sua vez podem produzir novos questionamentos e novas interpretações. Quanto mais questionamentos, mais reflexões sobre o significado do objeto de avaliação irão surgir e mais duradouro e profundo serão os efeitos pedagógicos desta avaliação.

Ainda com o autor, a história da avaliação brasileira privilegiou o controle, em detrimento de concepções mais democráticas, participativas e formativas. A avaliação é para Dias Sobrinho (2009), um processo dinâmico de agregação de pessoas, no qual tanto quem avalia quanto quem é avaliado são peças fundamentais e estão eticamente comprometidos. Assim, a avaliação torna-se um patrimônio público, não só do Estado ou da universidade, mas da sociedade, pois tem função pública e, portanto, deve ser participativa e democrática.

O SINAES, segundo Dias Sobrinho (2009), devolveu à sociedade, especialmente à comunidade universitária, o direito e a responsabilidade de participar ativamente na concepção e nos processos de avaliação. Neste sentido, a autoavaliação, foco principal do SINAES, é primordial, pois fornece a base e linhas gerais para ações de autorregulação da instituição e para a avaliação externa e os demais procedimentos de regulação.

2.1 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO NA UDESC

O sistema de avaliação na UDESC em seu início era realizado por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB e também pelo Exame Nacional de Cursos, o “PROVÃO”. Com a implantação do SINAES como sistema avaliativo, a universidade teve que se adequar a esta nova proposta.

O SINAES trouxe as universidades algumas mudanças, dentre as principais, “o deslocamento do centro de avaliação de uma simples prova para um conjunto diversificado de instrumentos, entre eles, a avaliação institucional, a avaliação de áreas e cursos, a avaliação de desempenho discente, o censo da educação superior e a avaliação da pós-graduação”. (RISTOFF, 2004, p. 180)

Dentre as inovações trazidas pelo SINAES está a autoavaliação, que deverá ser conduzida por uma comissão de trabalho própria em cada universidade. Segundo o INEP, a autoavaliação deve ser reflexiva e seguir um roteiro geral, proposto em nível nacional. Este roteiro deve ser acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo.

O relatório da autoavaliação deve conter todas as informações e demais elementos constantes no roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico. Esses aspectos devem guiar o processo de avaliação e identificação dos meios e recursos necessários para a melhoria da IES, bem como uma análise de acertos e equívocos do próprio processo de avaliação. Fonte: INEP (Disponível

em:<http://portal.inep.gov.br/processo-de-avaliacao>. Acesso em: 22 de junho de 2017)

Na UDESC, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi institucionalizada pela Resolução N° 08/2009 – CONSUNI / UDESC em março de 2009, cerca de cinco anos após a criação do SINAES. A CPA foi criada inicialmente junto ao gabinete do Reitor como um órgão consultivo permanente, cuja finalidade é a implementação, coordenação, condução e sistematização do processo de avaliação institucional, observada a legislação pertinente.

A avaliação institucional aqui na UDESC começou com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), e na ocasião a UDESC foi uma das lideranças no processo. Me parece que era um programa que teve origem nas universidades e que era apoiado pelo governo federal. No entanto, em 2004 o MEC lançou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o que ocasionou a inviabilização do PAIUB. Para acompanhar as demandas internas e externas, foi criado no regimento da UDESC a figura da Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI), um Órgão Suplementar Superior, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi instituída e, considerando a característica de Multicampi, foi instituída uma Comissão Setorial de Avaliação (CSA) por Centro. (Entrevista 01)

A CPA, atualmente é constituída por um coordenador da Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI), como membro nato; sete representantes docentes efetivos com suplentes; cinco representantes técnico-administrativos com seus suplentes e um representante técnico universitário da reitoria com suplente; três representantes discentes de graduação e/ou pós-graduação; e de um representante da sociedade civil organizada.

Como a universidade é constituída por um sistema de multicampi, foram criadas também, para o desenvolvimento do processo de autoavaliação, as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs). Os membros das CPA, com exceção do presidente, e das CSAs participaram das comissões por um mandato de três anos, permitida e recondução.

As atribuições das CPA, segundo a Resolução N° 08/2009 – CONSUNI / UDESC dentre muitas são: elaborar, em articulação com a COAI, o planejamento para a realização da auto-avaliação institucional e auxiliar as CSAs na operacionalização da auto-avaliação; implementar ações visando à sensibilização da comunidade universitária para o processo de auto-avaliação; sistematizar os procedimentos do processo de auto-avaliação, estabelecendo metodologias de trabalho e interpretar os resultados do processo de auto-avaliação; analisar, em ação conjunta com a COAI, os relatórios emitidos pelas Comissões Setoriais de Avaliação; elaborar o relatório final do processo de auto-avaliação e divulgar, com a colaboração da COAI, os resultados da auto-avaliação à comunidade universitária.

Já as CSAs têm por atribuição, sensibilizar a comunidade acadêmica de seu centro para a implementação do processo de avaliação institucional; desenvolver a autoavaliação no respectivo centro, respeitadas as competências e atividades orientadas pela CPA; sistematizar as informações e analisar os resultados do processo de autoavaliação e elaborar relatório final; prestar as informações solicitadas pela CPA ou pela COAI.

Na UDESC, as comissões passaram por mais duas alterações, uma em 2011 que dentre outras coisas ampliou o prazo para participação das comissões de dois para três anos, além de diminuir a carga horária que os participantes devem se dedicar ao trabalho e outra em 2013 que fez pequenas modificações, principalmente no rodízio entre os membros das CSAs para comporem a CPA.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se por ser de natureza qualitativa, do tipo descritiva e interpretativa. Segundo Vergara (2010, p. 242), a abordagem qualitativa contempla “a subjetividade, a descoberta, a valorização da visão de mundo dos sujeitos. As amostras são intencionais, selecionadas por tipicidade ou acessibilidade”.

Nesta pesquisa, a abordagem qualitativa destaca-se, pois o conhecimento foi produzido a partir da subjetividade formada por meio de documentos e bibliografias que proporcionaram o acúmulo de informações e pela observação do objeto de estudo, visto pela visão de mundo do sujeito de pesquisa.

Já sobre estudo descritivo, destaca-se Marconi e Lakatos (2007), que apontam a pesquisa científica dimensionada em três aspectos: histórica, descritiva e experimental. Neste trabalho, a pesquisa descritiva, caracteriza pelo processo de descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos. Além disto, destaca-se que a abordagem qualitativa foi realizada em duas etapas, a primeira se constituiu de uma pesquisa teórica e a segunda de uma pesquisa empírica.

Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa traz o caráter descritivo, o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave, a preocupação do pesquisador com o processo e não com os resultados, a análise indutiva dos dados, e, o significado, como sendo a preocupação essencial.

Por fim, no que tange aos procedimentos, esta é uma pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram obtidos por meio de fontes primárias como leis e relatórios e secundárias, como obras e artigos. Além disto, foi realizada uma entrevista semi-estruturada que permitiu conhecer com mais profundidade o objeto de estudo, a fim de descrevê-lo e interpretá-lo.

4. RESULTADOS

Os dados coletados permitiram identificar que a avaliação na UDESC ocorre atualmente em diversos níveis: avaliação institucional, autoavaliação e avaliação externa.

De acordo com a Entrevista 01, a autoavaliação ocorre por meio do Relatório de Autoavaliação, elaborado pela CPA/COAI e atualizado em acordo com o Projeto de Avaliação Institucional. Segundo a entrevista 01, Conselho Estadual de educação, diferentemente do MEC, não exigiu até o momento a entrega anual deste relatório.

Ainda segundo a entrevista 01, a UDESC recebeu em 2012 e em 2016 comissões de avaliação externa do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e a próxima avaliação deverá ocorrer em 2026. Até 2012 a UDESC nunca havia recebido uma comissão de avaliação externa, fato este ocorrido pela universidade ter sido instituída por um decreto estadual.

Além destas avaliações ocorre também a autoavaliação semestral, na qual professores e alunos se avaliam mutuamente e avaliam a UDESC de acordo com as 10 dimensões do SINAES. Avaliação semestral é feita por meio de formulário eletrônico no Sistema de Gestão Acadêmica da UDESC, o SIGA. Na autoavaliação, os técnicos avaliam também a UDESC a cada dois anos, de acordo com as 10 dimensões do SINAES.

Já a avaliação dos Cursos ocorre trienalmente para credenciamento e/ou reconhecimento e os cursos com Conceito Preliminar de Curso (CPC) menor que quatro são avaliados presencialmente por membros comissão do CEE/SC.

A universidade também participa do ENADE, onde ingressantes e formandos realizam uma prova nacional. A nota do ENADE é um dos insumos para a formação do CPC e por consequência, do Índice Geral dos Cursos da Instituição.

Nos dados coletados foi possível identificar as maiores dificuldades enfrentadas para a realização da avaliação institucional. Foi destacado o baixo interesse pelos resultados da autoavaliação dos cursos realizada semestralmente, o que gera baixa adesão e questionamento sobre a validade da amostra. Os resultados obtidos nem sempre levam a ações efetivas. “Professores que são bem avaliados não são reconhecidos publicamente e os mal avaliados continuam atuando da mesma forma, e sendo mal avaliados vários semestres sem que atitudes sejam percebidas”. (E01)

Outro ponto destacado foi o sistema utilizado para fazer a autoavaliação. O SIGA, é um sistema que possui limitações e com difícil operação, principalmente na geração dos relatórios, o que ocasiona uma demanda maior de tempo para liberar os resultados. Além disto, as ações que são realizadas a partir de dados da avaliação institucional, quando são realizadas, não têm a divulgação que deveriam ter e que poderiam dar maior visibilidade e importância para a avaliação institucional.

Na minha opinião, a maior dificuldade para a implementação da avaliação na UDESC é a avaliação ter mais importância quando é uma demanda externa do que como um instrumento de gestão. Percebi que o gabinete do reitor sempre teve uma preocupação com os resultados da autoavaliação semestral que avalia professores e alunos, mas muitos departamentos e professores avaliados não mostram grande interesse nos resultados. Já a avaliação dos cursos tem um interesse maior. A divulgação do CPC sempre repercute na instituição. (E01)

Segundo o depoimento obtido, para aprimorar a avaliação da universidade é necessário repensar o sistema utilizado para gerar relatórios da autoavaliação, além de utilizar efetivamente os relatórios gerados.

Foi destacado também a valorização dos professores mais bem avaliados pelos alunos; divulgação dos relatórios anuais da CPA e divulgação maciça dos resultados; melhorar a estrutura da COAI, que é um órgão suplementar superior, mas que aos olhos da UDESC, parece fazer parte apenas da PROEN.

Realizar uma aproximação da avaliação institucional com o planejamento da UDESC e fazer anualmente seminários preparatórios para a realização do ENADE, estipulando metas para a realização de ações dos cursos.

De forma sistêmica, segundo E01, a avaliação institucional não é valorizada. Identificar, entender e reagir a nossas fragilidades ainda não faz parte da nossa cultura. “É sempre mais fácil desqualificar a pesquisa ou desqualificar quem nos avaliou”. (E01)

Em contrapartida, foram destacados como pontos positivos, as modificações na própria universidade. A UDESC é o principal ponto positivo. Na avaliação institucional é perceptível a quantidade de ações positivas que a universidade gera para o Estado. “Trabalhando na COAI eu tive a oportunidade que a maioria dos servidores não tem conhecer os inúmeros projetos que a UDESC realiza e o impacto que gera para as pessoas e para o desenvolvimento do nosso Estado. Devemos facilitar o acesso aos resultados do relatório de autoavaliação institucional, que mostra a excelência da UDESC”. (E01)

5. CONCLUSÃO

Este estudo, ao descrever o sistema de avaliação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC discute também as possibilidades e limites que até então se apresentaram nas duas avaliações externas e na história ainda recente da avaliação institucional realizada pela própria universidade através da sua CPA articulada à COAI. A constituição desse ‘modelo’ de implementação, coordenação, condução e sistematização do processo de avaliação institucional através da COAI e CPA, cuja extensão chega aos 12 centros de ensino da UDESC por meio das Comissões Setoriais de Avaliação – CSAs, ainda carece de articulação e de ações coordenadas no sentido de disseminar as ações positivas que a universidade realiza, assim como reconhecer suas possíveis fragilidades no sistema de avaliação que seja suporte à decisão no âmbito da gestão do ensino, da pesquisa e extensão e da gestão administrativa da IES.

Os resultados encontrados pelo presente estudo apontam para um caminho de duplo sentido a ser percorrido. De um lado, a socialização das mudanças da universidade em relação à avaliação externa e por outro, aproximar a avaliação institucional realizada pela própria universidade, ao seu planejamento e gestão. Mais dois desafios se colocam para percorrer deste segundo caminho. O primeiro, incorporar no instrumento de avaliação pelos discentes, docentes e técnicos, indicadores que possam alimentar mais organicamente os indicadores gerais relativos às dimensões do SINAES, agora organizadas em 5 eixos dentro do Sistema de Gestão Acadêmica – SIGA, adotado pela UDESC para o gerenciamento dos dados e a obtenção de Relatórios. O segundo, e que tem se colocado como aquele com maior dificuldade de implementação, elevar o interesse tanto pela participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação, que por sua natureza não é obrigatória, assim como pelos resultados da autoavaliação dos cursos realizada semestralmente. Tanto a taxa de participação como a divulgação dos resultados, num círculo vicioso, colocam em pauta a validade da amostra. Os resultados obtidos nem sempre levam a ações efetivas.

A recente história da avaliação institucional na UDESC e seus desdobramentos, desde a última Avaliação Externa, apontaram diversos aspectos para o aprimoramento do processo avaliativo, passando pela própria política de autoavaliação institucional, até a estrutura, composição e responsabilidades da CPA e CSAs, assim como o papel da Coordenadoria de Avaliação Institucional – COAI na valorização da avaliação institucional na universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm> Acesso em 25 fev.2015.

HOWLETT, Michael. **Políticas Públicas: Seus ciclos e subsistemas**. São Paulo: Elsevier, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RISTOFF, Dilvo I. **O SINAES E OS SEUS DESAFIOS**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, [S.l.], v. 9, n. 1, 2004. ISSN 1982-5765. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/avaliacao/article/view/1262>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação Institucional:** Notas para pensar o PAIUNG e o SINAES. Revista Contexto & Educação, ano 24, nº 81, jan/jun 2009.

SERPA, Rodrigo. **META-AVALIAÇÃO: UMA DÉCADA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO SINAES** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UDESC. **Relatório de autoavaliação 2012-2015.** Florianópolis, 2015.

VERGARA, Sylvia. **Métodos de pesquisa em Administração.** Rio de Janeiro: Atlas, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.